



## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.<sup>a</sup> Nº 39\_ GPENAPOR\_2022

### ALAGEM PARA INSPEÇÃO ESPECIAL DO REBOCADOR PRAIA MARIA

ENTRE

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS  
PORTOS, S.A.**

E

**CABNAVE – ESTALEIROS NAVAIS DE CABO VERDE, S.A**

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv

PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago - Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel: (+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO VALE DE CAVALEIROS - Pogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 13 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax: (+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

**CONTRATO REF.ª Nº 39\_ GPENAPOR\_2022**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Entre,

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**, com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr. **Eduardo Évora Lima**, solteiro, portador do BI n.º 15586, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 101558643 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**;

E

**CABNAVE – ESTALEIROS NAVAIS DE CABO VERDE, S.A.**, com sede social na Ilha de S. Vicente, situada na Matiota – C.P. 188, detentora do Capital Social de 245.000.000\$00 (Duzentos e quarenta e cinco Milhões de Escudos), Contribuinte Nr. 200480928, legitimamente representada pelo Eng.º **Domingos A. Santos Jr**, casado, portador do BI n.º 48472, emitido pelo Arquivo Identificação Civil e Criminal de São Vicente, titular do NIF:104847280 e o Eng.º **Júlio César Nobre Dias**, solteiro, portador do BI n.º 225320, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal de São Vicente, titular do NI:122532007 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial respetivamente, adiante designada por **Segunda Outorgante**.



Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante desencadeou o procedimento por ajuste direto, por motivos de urgência imperiosa e imprescindível não possam ser cumpridos os prazos exigidos pelos outros procedimentos concursais e por motivos técnicos, a execução do contrato apenas possa ser atribuída à CABNAVE, consubstanciado nas alíneas a) e b) do n.º 1) do art.º 39 do Código da Contratação Pública;
- b) O contrato com a Ref nº 26\_GPENAPOR\_2021, elaborado com base na Proposta N.º 016/2021 de 21 de julho enviada pela Primeira Outorgante, foi assinado em 21 de setembro, no montante de 9.239.291,00 ECV (nove milhões duzentos e trinta e nove mil, duzentos e noventa e um escudos), valor a incluir o IVA à taxa legal em vigor.
- c) No decorrer da reparação, docagem do Rebocador Praia Maria e após a abertura de algumas componentes, foi constatado que a profundidade da reparação teria de ser mais pormenorizada, imprevisibilidade essa que poderá ocorrer em casos deste tipo;
- d) A realização dessas reparações, configura a prestação de serviços complementares, que não poderão ser separados do contrato inicial, derivado de questões técnicas;
- e) O orçamento de execução dos trabalhos no valor de 6.499.325,00 ECV (seis milhões quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e cinco escudos), é superior a 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, faz-se necessária a celebração de um novo contrato, incidindo na diferença entre o valor do contrato assinado e a fatura final;
- f) A minuta do novo contrato de prestação de serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração.

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades é de boa-fé e livre vontade firmado e reduzido a escrito o presente contrato de prestação de serviço que se rege pelas seguintes cláusulas:

### **Clausula 1<sup>a</sup>** **(Objeto)**

1. O presente contrato tem por objeto a prestação, pela Segunda Outorgante, dos serviços adicionais/complementares de alagem, reparações e lançamento do rebocador Praia Maria, no âmbito do processo de Inspeção Especial, de acordo com a Fatura Final de 12 de agosto de 2022.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a prestar todos os serviços discriminados, incluindo ensaios de funcionamento em condições operacionais reais, designadamente “provas de mar”.

### **Clausula 2<sup>a</sup>** **(Preço)**

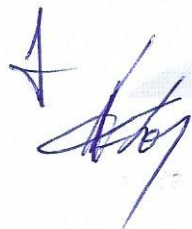
1. O preço acordado pelas partes pela prestação dos serviços complementares, objeto do presente contrato é de 6.499.325,00 ECV (seis milhões quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e cinco escudos), valor a que se deve incluir o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço final da prestação de Serviço é o resultante da aplicação dos preços unitários às quantidades de trabalhos efetivamente realizados.

### **Clausula 3<sup>a</sup>** **(Faturação e Condições de Pagamento)**

O montante de 6.499.325,00 ECV (seis milhões quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e cinco escudos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, será liquidado na sua totalidade com a conclusão das reparações, lançamento e “provas de mar”.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>** **(Prazos e Local de Entrega)**

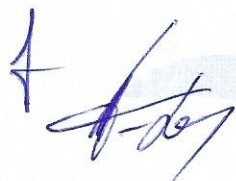
A Segunda Outorgante obriga-se a prestar os serviços objeto do presente contrato nos Estaleiros Navais da Cabnave em S. Vicente, podendo ser realizados trabalhos fora das instalações desta, mediante acordo entre as partes, no prazo de realização de 30 (trinta) dias de trabalho, compreendendo a alagem, a conclusão das reparações e o lançamento.





**Clausula 5.<sup>a</sup>**  
**(Multa por violação do prazo de Entrega)**

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, ou a terceiros por esta contratados no âmbito da prestação dos serviços, objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
  - 1.1. atraso no início ou na conclusão dos trabalhos, com cronograma revisto várias vezes;
  - 1.2. atraso nos prazos parciais vinculativos de execução das tarefas previstas no plano docagem e no orçamento adjudicado;
  - 1.3. O pagamento previsto pela Primeira Outorgante já foi realizado e o sistema apresenta falhas;
  - 1.4. Pelo incumprimento parcial ou inexecução total ou parcial do contrato;
  - 1.5. Na hipótese da Outorgante deixar de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
    - 1.5.1. Advertência;
    - 1.5.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;
    - 1.5.3. Multa de 10% (dez por cento) pelo incumprimento do contrato;
    - 1.5.4. Comunicação a Entidade Reguladora quanto ao futuro da Segunda Outorgante no sistema de contratação pública nacional;
    - 1.5.5. Declaração de idoneidade para contratar no sistema de contratação pública nacional;
  - 1.6. As multas previstas nos números 1.5.2; 1.5.3, serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
  - 1.7. Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, garantindo-se assim o contraditório e a ampla defesa, através dos meios legais ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência;
  - 1.8. As multas previstas nos números 1.5.2; 1.5.3, poderão ser aplicadas em conjunto e cumuladas com uma das penalidades previstas nos números 1.5.4 e 1.5.5;



- 1.9. A multa moratória será calculada do momento em que ocorrer o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o contrato é aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Primeira Outorgante, entretanto, antes de atingido o pré falado limite, rescindir o contrato em razão do atraso;
- 1.10. A Primeira Outorgante poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender por rescindido o contrato;
- 1.11. As multas serão calculadas pelo valor total da parcela em atraso;
- 1.12. Se o incumprimento do contrato gerar consequências graves para a Primeira Outorgante, poderá esta, além de rescindir o contrato, aplicar uma das penalidades previstas nos pontos iv) ou v) da alínea e), desta cláusula;
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado aquando da ocorrência do fato gerador.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data de receção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar a Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.
5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo fato de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).



7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização por dano.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Força Maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, devem ser imediatamente comunicadas à outra parte;
4. O não cumprimento voluntário do disposto no número anterior, faz a Segunda Outorgante na obrigação de reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo, para o efeito, efetuar a dedução na caução ou nos pagamentos à Segunda Outorgante.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Gestão do pessoal e seguros)**

1. A Segunda Outorgante será responsável pelo pessoal designado à prestação dos serviços no rebocador, sob a sua responsabilidade, enquanto este estiver nos estaleiros e durante o período de execução dos trabalhos.
2. A Segunda Outorgante será responsável perante a Primeira Outorgante e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal que utilizar nos trabalhos de docagem, durante a estadia do rebocador nos estaleiros desta, pelos riscos inerentes ao desenvolvimento dos trabalhos.

3. A Segunda Outorgante ficará sujeita ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes e medicina do trabalho, relativamente a todo o pessoal afeto à instalação, e à citada prestação de serviços, sendo da sua conta todos os encargos daí resultantes.
4. Os encargos referentes aos seguros previstos nos números anteriores, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da responsabilidade da Segunda Outorgante.

**Cláusula 8.ª**  
**(Responsabilidades)**

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a Segunda Outorgante apenas será responsável pelos danos patrimoniais que resultem diretamente da sua atuação.
2. A responsabilidade total e cumulativa da Segunda Outorgante não poderá exceder, em qualquer caso, um valor correspondente a 100% do preço do contrato, no valor de 6.499.325,00 ECV (seis milhões quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e cinco escudos), acrescido dos impostos legais, designadamente o IVA.
3. Em caso algum será a Segunda Outorgante responsável por danos e prejuízos de carácter indireto, consequencial ou de natureza idêntica, incluído, mas não exclusivamente, lucros cessantes, perda de benefícios, perda de oportunidades de negócio ou danos à imagem.
4. A responsabilidade da Primeira Outorgante não excederá o valor total e cumulativo previsto no presente contrato, sem prejuízo dos juros de mora aplicáveis por força do incumprimento das suas obrigações.

**Cláusula 9.ª**  
**(Condições de prestação dos serviços)**

1. A Segunda Outorgante compromete-se a executar os serviços objeto do presente contrato, com zelo e profissionalismo no estrito cumprimento das normas que regulam a natureza da sua área de intervenção.
2. É da responsabilidade da Primeira Outorgante o fornecimento de todos os acessórios/peças de manutenção que, no âmbito das intervenções planeadas, foram previstas.





3. Quaisquer atrasos no fornecimento de peças sobressalentes, equipamentos, ou materiais específicos para a execução dos trabalhos, serão da responsabilidade da Primeira Outorgante, o que poderá ter reflexo no prazo da conclusão dos trabalhos e eventuais custos inerentes aos mesmos.
4. A Segunda Outorgante responsabiliza-se pela facilitação das condições de acesso para os trabalhadores indigitados pela Primeira Outorgante (devidamente identificados) aos estaleiros da Segunda Outorgante, encarregando-se pelas medidas que se mostrarem necessárias com vista a solucionar quaisquer obstáculos ou interrupções ao referido acesso.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Dever de boa execução)**

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do contrato, às exigências legais e regulamentares do setor aplicáveis às matérias objeto do contrato.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e da regulamentação, lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
3. A Primeira Outorgante reserva-se no direito de reter o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos pagamentos a efetuar, como garantia de boa execução do contrato, garantia essa que será liberada com o cumprimento de todas as obrigações contratuais que impendem sobre Segunda Outorgante.
4. A caução a que se refere o número anterior é liberada nos termos do artigo 109º do Código da Contratação Pública.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Fiscalização/Inspeção)**

1. No uso dos seus poderes de Fiscalização, a Primeira Outorgante é representada por uma estrutura, dotada de técnicos capacitados para inspecionar e aferir da conformidade dos serviços, através dos parâmetros estabelecidos, incluindo o cumprimento do cronograma de trabalhos previamente definido.



2. Todas as dúvidas, questões ou sugestões da Segunda Outorgante que surjam durante a execução dos serviços deverão ser comunicadas aos responsáveis da Fiscalização, que tempestivamente deverão proceder às respetivas análises e, em conjunto com a Segunda Outorgante, definirem as melhores soluções.
3. Realizada a entrega final dos trabalhos compreendidos no presente contrato, a Primeira Outorgante, munida do relatório completo dos trabalhos efetuados, procederá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a uma inspeção qualitativa do mesmo, com vista a aferir da conformidade das execuções, bem como dos demais requisitos aplicáveis.
4. Durante a fase de inspeção a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a colaboração e os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização da mesma por técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito, ainda que recorra a serviços terceirizados.
5. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação (se aplicável) e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades dos serviços)**

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e caso se verificar alguma inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com os parâmetros estabelecidos, especificações e requisitos técnicos identificados, em algum dos sistemas, mecanismo ou órgão, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante
2. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) item(ns), no prazo de 10 (dez) dias ou outro a acordar entre as partes, ficando exclusivamente a cargo da Segunda Outorgante quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias, pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.



**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**(Relatório de execução dos serviços)**

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter todos os registos em forma de relatório, ao abrigo do presente contrato, os quais deverão ser mantidos disponíveis para consultas e análises que se revelarem pertinentes pela Primeira Outorgante.
2. O relatório mencionado no número anterior, deverá ser entregue num prazo a acordar com a estrutura fiscalizadora.
3. Os relatórios resultantes dos trabalhos executados, serão remetidos, em primeira mão à Primeira Outorgante, não devendo em caso algum ser utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.
4. O relatório produzido no âmbito da boa execução deste contrato, elaborado pela Segunda Outorgante será, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente utilizá-lo para quaisquer fins.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**  
**(Confidencialidade)**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as partes comprometem-se a não divulgar, durante e após a execução do presente contrato, quaisquer informações que obtenham no seu âmbito, designadamente as relativas à outra parte ou aos seus interesses e negócios.
2. As partes só podem divulgar as informações referidas no número anterior na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que haja prestado, ou do estritamente necessário ao exercício do direito de defesa.
3. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos contratados que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
4. As partes devem, ainda, limitar o acesso às informações confidenciais aos seus quadros e/ou prestadores de serviços, que a elas tenham de recorrer para a correta execução do contrato, assegurando que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem

divulgadas, possam causar danos a qualquer das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste contrato.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**  
**(Receção dos serviços)**

1. Caso se venha a verificar a total funcionalidade e conformidade dos diversos sistemas e compartimentos que enformam a arquitetura do Rebocador e objeto do presente contrato no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com os parâmetros, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de receção dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, consideram-se concluídos e rececionados todos os serviços elencados no presente contrato.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**(Garantia)**

1. Para todos os serviços executados a Segunda Outorgante oferece à Primeira Outorgante, sem quaisquer encargos, uma garantia de bom funcionamento contra quaisquer defeitos de reparação, comprovados, considerando um registo de 1500 horas de funcionamento (tendo como referência os motores propulsores como objeto contador) ou por um período de 12 (doze) meses, priorizando o que em primeiro lugar ocorrer.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos de força maior.

**Clausula 17.<sup>a</sup>**  
**(Documentos)**

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente a fatura final de 12 de agosto de 2022, apresentada pela Segunda Outorgante e a lista de trabalhos apresentada pela Primeira Outorgante.



**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)**

A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;
- (c) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
- (d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência, pela Segunda Outorgante, da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé;
- (e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o respetivo limite;
- (f) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- (g) A Segunda Outorgante se encontre em estado de insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- (h) Se a conclusão dos serviços compreendidos no presente contrato se atrasar por um período superior a 2 (dois) meses da data inicialmente prevista.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**(Resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)**

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais, pela Primeira Outorgante, e ainda nas seguintes situações:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
  - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pela Primeira Outorgante, por período superior a 2 (dois) meses;



- (d) Incumprimento, pela Primeira Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao presente contrato.
- 2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
- 3. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**  
**(Efeitos da resolução)**

- 1. Em caso de resolução do contrato, pela Primeira Outorgante, por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de uma indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.
- 4. Em caso de resolução do contrato, pela Segunda Outorgante, por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de uma indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**  
**(Resolução de Diferendos)**

- 1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
- 2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.





**Cláusula 22.<sup>a</sup>**  
**(Lei aplicável)**

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil.

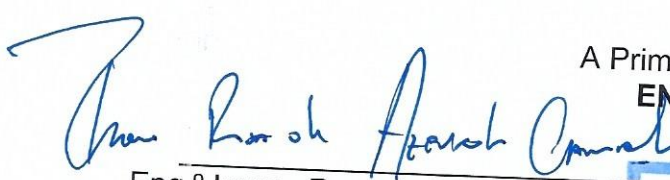
As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 15 (quinze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, sendo uma para cada uma das partes, e dele fazem parte integrantes os Anexo identificado na Cláusula 1.<sup>a</sup>, que após lidas e achadas conforme, são rubricados pelas partes.

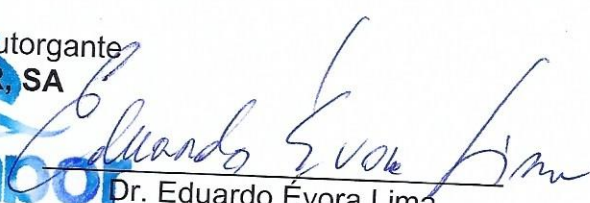
Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 2.º dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante  
**ENAPOR, SA**

  
Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho  
Presidente do Conselho de Administração

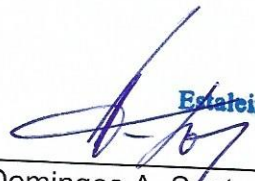
  
Portos de Cabo Verde

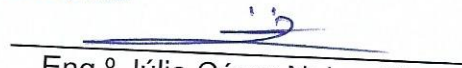
  
Dr. Eduardo Évora Lima  
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante

**CABNAVE, SA**

**CABNAVE**  
Estaleiros Navais de Cabo Verde, S.A.

  
Eng.º Domingos A. Santos Jr.  
Presidente do Conselho de Administração

  
Eng.º Júlio César Nobre Dias  
Diretor Comercial